

Exílios, eleições e buzinas de chifre: Arquivos privados, memória e patrimônio (os acervos Synval Saldanha e Borges de Medeiros - AHRS)

Exiles, elections, and horn bugles: Private Archives, memory and patrimony (the collections Synval Saldanha and Borges de Medeiros - AHRS)



Paulo Roberto Staudt Moreira

Doutor em História (UFRGS). Pós-doutoramento na Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História (UNISINOS).

Recebido para publicação em março de 2012.
Aprovado para publicação em abril de 2012.

Resumo

O artigo propõe uma reflexão sobre o uso dos arquivos privados pelos historiadores, suas potencialidades e riscos, manuseando o caso específico dos arquivos de Antônio Augusto Borges de Medeiros e Synval Saldanha, custodiados pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Arquivos privados; patrimônio; memória; Synval Saldanha; Borges de Medeiros.

Abstract

This article proposes a reflection on the use of private archives by historians, its potential and risks, handling the case files of Antonio Augusto Borges de Medeiros and Synval Saldanha, guarded by the Historical Archive of Rio Grande do Sul.

Keywords: private archives; patrimony; memory; Synval Saldanha; Borges de Medeiros.

Introdução

[...] o historiador se encontra necessariamente reduzido a só saber pelos relatórios de um estranho o que se passa no seu laboratório. Só chega depois da experiência terminada. Mas, se as circunstâncias forem a seu favor, a experiência terá deixado resíduos que não lhe será impossível perceber com os seus próprios olhos. (Bloch, 1997:107)

Em dezembro de 1998 o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) estava instalado no prédio número 1374 da Avenida Cristóvão Colombo, no Bairro Floresta, em Porto Alegre. Tratava-se de um prédio razoavelmente amplo, onde durante anos estivera instalado o Bazar Floresta, local tradicional de suprimento das listas das noivas da capital do Estado do Rio Grande do Sul e sem condições para suportar o imenso peso do acervo daquela instituição, subordinada a Secretaria Estadual de Cultura (SEDAC).

Quem ingressasse no AHRS no dia 11 de dezembro daquele ano e adentrasse o espaço reservado aos funcionários e direção, veria várias pilhas de documentos, fragilmente acondicionados em caixas de papelão e algumas malas com os fechos

estragados. Fotos em preto e branco, correspondências manuscritas e datilografadas, jornais inteiros e em recortes, compunham o volumoso espólio recém-chegado.

Os documentos ali depositados, mesmo que mal acondicionados, apresentavam razoáveis condições de preservação, dando a entender que mesmo não acessados frequentemente, não haviam sido abandonados em porões úmidos, em total descaso. Compunham um acervo familiar, guardado com certo desvelo, não se sabe por quais membros da família que o doou.

Mesmo que a sua avaliação preliminar fosse quase impossível, devido ao seu desarranjo e a dispersão com que se assentava em mesas e cadeiras pelo amplo salão, logo os historiadores presentes sentiram tratar-se de um valioso acervo. Talvez o que a primeira vista mais deixou esta impressão prévia, foram as várias fotos em que facilmente se identificava uma personalidade da história republicana regional. Ali estava, mirando os vários fotografos que o clicaram ao longo de sua vida, o ex-presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros.

Tratava-se, portanto, da doação de um arquivo pessoal, realizado pela família Saldanha Laurent ao Memorial do Rio

Grande do Sul, sob a guarda do Arquivo Histórico do Estado do RGS.

Não foi o primeiro arquivo particular que passou a integrar o acervo do AHRS, pois outros já haviam sido doados ou comprados. Como historiador concursado da SEDAC, participei diretamente do trabalho de higienização do acervo doado e de seu arranjo e disponibilização para a pesquisa. Assim, a ideia deste artigo é refletir sobre os arquivos privados, os usos e abusos dos mesmos pelos historiadores, suas potencialidades e riscos.

Lócus: o AHRS

O AHRS existe como instituição independente desde 1954¹ e tem como função primordial a guarda e conservação da documentação histórica do Poder Executivo estadual. Seu acervo está estimado em 50 toneladas e remonta aos primeiros anos de ocupação efetiva do solo rio-grandense pela Coroa Portuguesa (com a criação do Presídio de Jesus Maria José, em 1737). Além da documentação proveniente das várias funções exercidas pelo governo estadual (distribuição de terras, aldeamento e catequese indígena, policiamento e repressão, assuntos

militares e religiosos, etc.), o AHRS destaca-se pelos arquivos particulares recebidos através de doação ou compra, como por exemplo: Borges de Medeiros/Sinval Saldanha, João Neves da Fontoura, Francisco Brochado da Rocha, Alfredo Varela, e outros.

Se quisermos ser exatos, a história do AHRS remonta à criação de outra importante instituição arquivística regional. Em 8 de março de 1906, o decreto nº 876 criou a Repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca do Estado do RS, com a finalidade de “adquirir e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à legislação, à administração, à história, à geografia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul”. Boa parte dos documentos, hoje custodiados pelo AHRS, fazia parte do acervo daquela instituição, concebida pelo Partido Republicano Rio-grandense como uma base documental para a afirmação de uma consistente identidade regional.

Em 1913, ano em que Borges de Medeiros voltou ao governo, após o interregno em que governou o seu correligionário Carlos Barbosa (1908-1913), foi promulgado o decreto nº 1.994 de 27 de junho, que expediu Regulamento para o Arquivo Público do Estado do RS.

Dividiu-se o acervo em seções, entre as quais a 2ª seria constituída de “*negócios importantes e findos*”, como a coleção do jornal A Federação, cópias do Tratado de 1750, documentos da fundação de Rio Grande, da invasão de D. Pedro Cevallos (1763), da visita do Imperador ao RS em 1826, da *revolução* de 1835, correspondências do governo do Estado com o da União e outros documentos considerados *históricos*.

Esta atribuição de conteúdo histórico a alguns documentos em detrimento de outros foi realizada, supomos, pelos funcionários da instituição e do governo do Estado, ligados todos ao PRR. Destaque-se que o Instituto Histórico e Geográfico do RS só foi fundado em 1920 e muitos de seus membros eram proeminentes personalidades do partido no poder, certamente influenciando e agindo nesta embrionária instituição arquivística, onde exercitavam livremente sua sensibilidade positivista. Em 1925, legislado pelo decreto 3528, a 2ª seção do APERS foi anexada ao Museu Júlio de Castilhos.

O AHRS surgiu efetivamente como instituição independente na reorganização ocorrida de 1954, ficando, porém instalado junto a Secretaria de Educação e Cultura, com acesso difícil e dependente da autorização dos seus diretores. Em 1972, o

AHRS foi instalado na Rua André Puente, no bairro Moinhos de Vento, sendo então, finalmente, seu acesso tornado público.

Infelizmente, este inestimável acervo documental tem-se caracterizado nos últimos anos por sua itinerância, vagando por sucessivas sedes improvisadas e inadequadas, passando por repetidas situações de risco a sua integridade e desgastes causados por mudanças repentinas. Em dezembro de 1993 (na vigência do Governo Alceu Collares), o prédio em que estava sediado (na Rua André Puente) demonstrava completa inadequação para suportar as 100 toneladas de peso e houve o primeiro desastre. Em uma madrugada, um temporal rompeu o telhado e a água invadiu o segundo andar, atingindo a sala onde estavam armazenados os códices de legislação (incluindo os dos séculos XVIII e XIX). O Corpo Técnico teve que desprender as capas de couro dos livros originais e prender as folhas em varais dentro da sala de pesquisa, procurando seca-las e evitando assim o ataque de fungos.

Com o auxílio da Brigada Militar, o AHRS mudou-se para o centro de Porto Alegre, permanecendo fechado por oito meses. Lá, no sétimo andar de uma galeria comercial, o AHRS transformou-se num elemento de risco para os demais

inquilinos e, sob a pressão do Ministério Público do Estado, foi transferido em dezembro de 1996 para a já citada sede da Avenida Cristóvão Colombo.

No governo seguinte (de Antônio Brito), surgiram as primeiras ideias e projetos concernentes ao Memorial Histórico do RS. Não havia consenso sobre o que seria esta instituição e, depois de algumas hesitações, aventou-se pela primeira vez a ideia de colocar o AHRS no térreo daquela instituição. Os funcionários do AHRS e várias Associações de Amigos de instituições culturais, além da ANPUH-RS, foram contrários por um motivo óbvio: o térreo da instituição era constantemente atingido por alagamentos e sua localização abaixo do nível do solo caracterizava-se pelo alto índice de umidade.

Problemas estruturais da sede da Cristóvão Colombo (antigo Bazar Floresta) aceleraram a mudança do AHRS para o Memorial do Rio Grande do Sul, onde foi instalado em 2001. O Memorial localiza-se no centro de Porto Alegre, na Rua Sete de Setembro, 1020, na Praça da Alfândega. O lócus atual do AHRS é o segundo andar do antigo prédio dos Correios e Telégrafos, arquitetado pelo alemão Theo Wiederspahn e cuja construção remonta aos anos de 1910 a 1914.

Fontes geradoras: os personagens

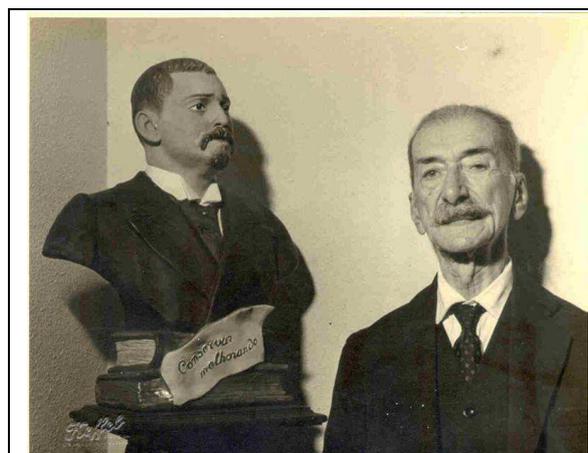
Em um primeiro momento, pensou-se que os documentos doados ao AHRS em 1998, eram provenientes unicamente das atividades de Antônio Augusto Borges de Medeiros. Entretanto, a análise do acervo demonstrou que se tratava quase que exclusivamente do arquivo particular de Synval Saldanha. O engano inicial foi decorrência dos fortes laços profissionais, políticos e familiares destes dois personagens, o que ocasionou que as vidas de ambos corresse paralelas ao longo de várias décadas. As correspondências, fotos, etc. cujo critério de proveniência pode ser considerado como de Borges de Medeiros, ali se encontrava por ter Synval agido como seu secretário particular e representante político, além de ter casado com Dejanira, sua filha adotiva. Em correspondência enviada da fazenda Irapuazinho em 27.07.1929, por exemplo, Borges agradecia aos encaminhamentos dados por Synval às questões partidárias o que facilitava o seu afastamento para tratar de assuntos particulares e ao mesmo tempo remetia soluções para alguns casos políticos municipais.²

Um dos personagens, cuja trajetória gerou boa parte dos documentos deste acervo privado, não carece de muitas apresentações. Antônio Augusto Borges de Medeiros nasceu em Caçapava, interior do RS, em 19 de novembro de 1863 († 25.04.1961) e foi batizado em Cachoeira em 21 de fevereiro de 1866. Era filho legítimo do Dr. Augusto Cezar de Medeiros, natural de Pernambuco, e de D. Miguelina de Lima Borges, natural deste estado e neto materno de Antônio Gonçalves Borges Neto e de Rufina de Lima, naturais deste estado.

Borges casou em Cachoeira com D. Carlinda Gonçalves Borges (nascida em 26.09.1871 e falecida em 17.12.1957), sua prima em segundo grau, filha legítima de Candido Gonçalves Borges e de Ismênia Maria dos Anjos, neta paterna de Antônio Gonçalves Borges e de Ana Joaquina Gomes. Seu casamento ocorreu em 02.02.1889, na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Cachoeira do Sul) e serviram de testemunhas: Victorino Borges de Medeiros (24 anos, solicitador, residente em Cachoeira) e José Severo Fialho (64 anos, criador, residente no 2º distrito).

Chefe de Polícia do governo de Julio Prates de Castilhos, Borges foi escolhido por este como seu substituto, assumiu o

governo do Estado em 1898, ficando até 1927, excetuando o breve governo de Carlos Barbosa (1908-1913).



Antônio Augusto Borges de Medeiros ao lado de um busto de Júlio de Castilhos com a frase “Conservar melhorando”.

Fonte: AHRs – Iconografia, Caixa 8, Envelope: BMSS/006

Já Synval Saldanha, cremos que necessita de uma descrição mais apurada. Nasceu Synval em 03.10.1887 em São Sepé/RS, filho de Fidêncio Saldanha (nascido em São Sepé em 02.06.1853, falecido em 02.06.1918) e Delfina Brites Saldanha e bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro (turma 1911).

Synval Saldanha casou com Dejanira Medeiros Saldanha (nascida em 15.12.1895 e falecida em 01.06.1967), sobrinha e filha adotiva de Borges, filha natural do capitão Vitorino Borges de Medeiros, Escrivão do Juízo Federal. O casal Synval e Dejanira teve três filhos: Sinval Saldanha Filho (nascido em 18.04.1918), Olenka Saldanha Laurent (nascida em 28.12.1920) e Paulo Carlos Saldanha (nascido em 13.03.1929), todos naturais de Porto Alegre).

Synval foi Promotor em Caçapava (1912/1913), Juiz Federal na mesma cidade (1º Suplente do Substituto/1913), Promotor Público em Santa Maria (removido em 07.03.1914), Promotor Público em Bagé (removido em 22.07.1915), Promotor Público da Comarca de Porto Alegre (1915/1916), Juiz Distrital do 1º e 2º Distrito de Porto Alegre (1916/1917), Diretor Geral da Repartição Central da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior (1917/1921), Secretário do Interior Interino (1930), Secretário do Interior e Exterior do governo de Flores da Cunha (1930/1932), membro da Comissão Executiva do PRR (1923, 1924, 1925 e 1927), membro da Comissão Central Mista da FUG (1934), Diretor do Gabinete da Presidência do Estado (nomeado em

26.02.1921), Vice-Intendente de Porto Alegre (eleito em 15.05.1928), Intendente em exercício de Porto Alegre (em fevereiro de 1929 e 1930, nas férias de Alberto Bins), Presidente Interino do Estado com o afastamento de Osvaldo Aranha (de 27.10 a 28.11.1930), Interventor interino nas ausências de Flores da Cunha. Oficial do Registro Hipotecário, Torrens e Geral (depois denominado Imóveis da Primeira Zona), de Porto Alegre (provisoriamente em 20.05.1921 e vitaliciamente pelo ato 259 de 22.10.1921), aposentado do cargo pelo governo do estado em 18.03.1958.

Em 15 de Abril de 1933 foi preso no Rio de Janeiro (no 1º Batalhão da Força Policial), quando ia para Recife receber instruções de Borges de Medeiros (então no exílio, devido ao seu apoio a Revolução Constitucionalista) para o Partido Republicano Liberal e as eleições para a constituinte.

O acervo

O trabalho de organização deste acervo particular foi feito ao longo do ano de 1999, e iniciou com uma análise de seu conteúdo verificando a inexistência de um arranjo original que devesse ser

Paulo Roberto Staudt Moreira

preservado, com exceção da parte relativa ao exercício por parte de Synval Saldanha do cargo de Secretário do Interior e Exterior e a sua relação com diversos municípios, o que foi separado na sub-série SIEM.

Em seguida, realizamos um levantamento biográfico dos personagens, procurando elaborar grandes séries onde a documentação seria inserida, de acordo com as atividades desenvolvidas pelo mesmo. Tal pesquisa foi facilitada pelo recurso as histórias municipais abundantes em nosso estado. A relação dos nomes de vereadores, prefeitos e interventores municipais, ajudou a identificar alguns destinatários ou remetentes. Como estes livros tem como parte quase essencial, capítulos descritivos dos eventos “revolucionários” ocorridos nas municipalidades, também daí retiramos dados.

Numa terceira etapa, observamos documento por documento colocando-os em suas séries respectivas, de acordo com a sua natureza ou o suporte (papel, foto, recortes de jornais, etc.) e complementando os dados levantados com o material empírico. Aqueles documentos que não se inseriam em nenhuma das Séries formadas ou que foram produzidos por terceiros acabaram sendo agrupados

como Documentos Complementares. Entre parênteses colocamos o número de documentos arrolados em cada descrição. Chamamos a atenção para o fato das séries não serem instâncias estanques, elas se relacionam e interpenetram sendo a divisão entre elas composta de certa dose de arbitrariedade. Tratando-se de homens públicos, mesmo as suas correspondências “pessoais” trazem informações preciosas sobre os acontecimentos políticos.

Cada documento foi numerado, descrito e catalogado, de acordo com a série na qual foi incluído, sendo organizado um índice onomástico e toponímico ao final do meio de busca, permanecendo a parte iconográfica e de recortes de revistas e jornais à parte. Na descrição individual dos documentos, acrescentamos informações quanto a serem datilografados/manuscritos, possuírem assinatura do remetente e a quantidade de folhas que os compõem. As séries organizadas foram:

Borges de Medeiros

Séries	Caixa	Nº documentos
Atividades Partidárias	9	14
Documentação Complementar	9	4
Documentação Pessoal	10	28
Impressos	9	17
Revolução Constitucionalista	9	15

Synval Saldanha

Séries	Caixas	Nº documentos
Atividades como Vice-Intendente do Estado	3	5
Atividades Jurídicas	2	6
Atividades na Revolução de 1923	3	5
Atividades Políticas	1	46
Documentação Complementar	1	11
Documentação Pessoal	2	155
Impressos	1	5
IPE – Instituto de Previdência do RGS	1	1
Revolução Constitucionalista	3	104
Secretaria do Interior e Exterior (SIE)	3 / 4	435
Publicações (Jornais, Revistas, etc.)	6,7,13	42
Iconografia	7, 8, 11, 13, 14	500

Algumas correspondências referentes à Guerra Civil de 1923 podem ser encontradas nas Atividades Executivas, no período em que Synval Saldanha era Presidente do gabinete do Presidente do Estado, Borges de Medeiros. Já os documentos referentes à Revolta Constitucionalista de 1932 (mobilizações e exílio de Borges de Medeiros) foram colocados em série à parte, por ter Synval Saldanha se exonerado do cargo de Secretário, mas os primórdios deste levante – as negociações com o Governo Provisório – encontram-se na SIE.

Arquivos, acervos e descritores

Muito se ressentem os arquivos e outros lugares de memória da falta de padronização de suas nomenclaturas organizacionais. A criação de uma terminologia específica é tarefa que vem sendo conduzida desde, pelo menos, 1972. Em 1977, a Associação dos Arquivistas Brasileiros criou o Comitê de Terminologia Arquivística e em 1980 criou-se na ABNT (Associação Brasileira

Paulo Roberto Staudt Moreira

de Normas Técnicas) uma Comissão de Estudos de Arquivologia.

Para a historiadora francesa Arlete Farge (1999: p. II), arquivo é:

conjunto de documentos, quaisquer que sejam as suas formas ou o seu suporte material, cujo crescimento se efetua de uma maneira orgânica, automática, no exercício das atividades de uma pessoa física ou moral, privada ou pública, e cuja conservação respeita aquele crescimento sem nunca o desmembrar.

Em 2005, finalmente, foi lançado pelo Arquivo Nacional o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional).³ Nele, conceitua-se o arquivo privado como sendo “de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular. (ARQUIVO NACIONAL, 2005: p. 36)

Um aspecto que muitos dos gestores públicos desconhecem e que dificulta as tarefas relacionadas à gestão documental é o “duplo valor dos documentos”. O valor primário ou administrativo é a qualidade de um documento baseado nas utilizações imediatas e administrativas que lhe deram seus criadores - “nas razões pelas quais o documento foi criado”. (Rousseau, 1998: 117) Já o secundário ou valor de Testemunho é qualidade baseada nas utilizações não imediatas e é atribuído, principalmente pelos historiadores e outros

investigadores sociais. Apesar dos pesares dos historiadores, o descarte faz parte dos processos de gestão documental, afinal: *todos os documentos têm valor primário, mas nem todos os documentos têm um valor secundário.*

A organização dos fundos documentais tem como um de seus nortes arquivísticos o critério de proveniência, que determina que “devem ser mantidos reunidos, num mesmo fundo, todos os documentos de uma mesma fonte geradora”, afinal,

os arquivos são em primeiro lugar o produto das atividades de uma pessoa física ou moral e [...] uma parte importante do seu valor provém justamente do fato de poderem, para fins administrativos ou de investigação, testemunhar de modo privilegiado essas mesmas atividades. (Rousseau, 1998: 81)

Segundo Renato Janine Ribeiro o fenômeno da constituição de arquivos pessoais é contemporâneo da emergência do individualismo na cultura ocidental e decorre de um “desejo de perpetuar-se”, isto é, “visa a guardar a melhor recordação de si próprio, geralmente graças à mediação socialmente aceita de objetos que ou já se valorizam, ou que um dia irão adquirir maior estima”. (RIBEIRO, 1998: p. 35)

Claro que o autor acima fala da constituição destes acervos pessoais e não

Paulo Roberto Staudt Moreira

da sua etapa de patrimonialização. Segundo HEYMANN (1997: p. 42), é necessário questionar a “noção de senso comum que identifica os conjuntos documentais de origem pessoal a uma manifestação concreta da memória individual dos seus titulares [...] por meio do acompanhamento do processo sociológico de constituição destes arquivos”. Segundo a autora, *naturalizar* a acumulação e constituição destes acervos seria desprezar o caráter *arbitrário* da constituição dos mesmos, as “várias instâncias de produção dessa memória”. (HEYMANN, 1997: p. 45) Quem realmente o constituiu, que “acidentes de percurso” houve, que tipos de triagem ocorreram ao passarem para instituições públicas. Segundo a autora, deve-se atentar para a *ação seletiva da família*, dotada de *ideologias de ancestralidade*:

A partir deles os herdeiros interferem no conjunto documental, transformando-o num ‘retrato político’ que não respeita mais os projetos do titular ou sua posição num campo de disputas. O acervo passa a refletir os projetos e posições destes herdeiros, que buscam configurar uma imagem do ancestral de forma a maximizar o capital total herdado ou, como no vaso em questão, se livrar de um estigma através da possibilidade de uma redenção da figura ancestral. (HEYMANN, 1997: p. 56)

Investigando o arquivo de Gustavo Capanema, Priscila Fraiz chega a conclusões similares:

É raro que um arquivo pessoal chegue a uma instituição de memória com algum arranjo ou ordenamento prévios, determinado pelo próprio titular, por colaboradores ou mesmo por familiares; mais incomum ainda é encontrar um tipo de material que reflita e revele alguma ordem original ou primitiva, que possa nos dizer do arquivo e sobre o arquivo” (FRAIZ, 1998: p. 60).

No caso de Gustavo Capanema, entretanto, temos algo diferente, já que ele teria *preparado* o seu acervo pessoal pensando em elaborar uma autobiografia, projeto fraudado por sua morte:

O projeto de construção autobiográfica de Capanema, portanto, só pode ser recuperado através do próprio arquivo, pois que este representa a arquitetura minuciosa de uma obra condenada a permanecer projeto, esboço, intenção. Uma obra que só pode ser condenada a permanecer projeto, esboço, intenção. Uma obra que só pode ser percebida se invertermos a hierarquia que organiza suas etapas de elaboração, conferindo ao processo acumulatório o estatuto de objeto da análise autobiográfica. (FRAIZ, 1998: p. 83)

Talvez o historiador Marc Bloch tenha sido um dos melhores pensadores do campo historiográfico a refletir sobre as fontes empíricas. Segundo ele, o conhecimento dos historiadores seria

Paulo Roberto Staudt Moreira

constituído por “vestígios” (Bloch, 1997:107), sendo as fontes divididas por aquelas narrativas (“*relatos deliberadamente destinados à informação dos leitores*”) e “*das testemunhas que não pretendiam sê-lo*”. (BLOCH, 1997:111)

O historiador Marc Bloch – reconhecendo as árduas tarefas desempenhadas no interior dos arquivos e museus – aconselhava que todo livro de história iniciasse com alguns parágrafos onde o autor explicasse aos leitores: “*Como pude apurar o que vou dizer?*”.

Uma das tarefas mais difíceis do historiador é reunir os documentos de que pensa ter necessidade. Ser-lhe-ia difícil consegui-lo sem o socorro de diversos guias: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de todas as espécies. Vemos às vezes uns pedantes admirarem-se atrevidamente com o tempo sacrificado [por trabalhadores de arquivos e museu] na composição de trabalhos desse gênero [...] Como se, graças às horas assim atribuídas às ocupações a que, a despeito de certa graça oculta, falta na realidade o fulgor romanesco – não viesse afinal a poupar-se o mais terrível dispêndio de energia. (BLOCH, 1997: p. 116)

Muito já se disse sobre a amplitude que foi dada nas últimas décadas ao conceito de *fonte histórica e de documento*. Mas ainda sentimos os historiadores como uma espécie de *reféns* das prévias organizações dos fundos a que recorrem nos lugares de memória que

costumam frequentar. Raramente os investigadores questionam ou mesmo julgam relevante apreciar as formas como foram arranjados os fundos documentais que acessam. Com isso, acabam caindo na armadilha de usufruir apenas do que lhe é indicado nos instrumentos de pesquisa (quando estes existem!) das instituições⁴, sem identificar *a carga ideológica presente nos próprios critérios de seleção e arranjo dos documentos*. (LOPEZ, 1996)

Claro que a análise intrínseca da própria organização dos acervos é dificultada pela juventude da ciência arquivística e da precariedade de muitas de nossas instituições de memória. Igualmente, raros são os instrumentos de pesquisa que exteriorizam a forma como os acervos chegaram às instituições e as etapas que os mesmos passaram até chegarem ao olhar e às mãos dos pesquisadores.

Assim, muitas vezes os historiadores carecem de dados suficientes para proceder a tão propalada crítica dos documentos, já que não possuem informações de como (e por que) os documentos foram gerados, em que contextos (e por quem) foram preservados e, posteriormente, julgados documentos históricos e preservados permanentemente. Os fundos documentais que acessamos diariamente nos arquivos

históricos (públicos e privados) parecem ter brotado espontaneamente e nos faltam (e nem percebemos) dados sobre sua produção (constituição), patrimonialização (monumentalização) e arranjo.

Claro que o potencial dos arquivos privados não se esgota nas suas fontes geradoras, nos indivíduos e famílias que os constituíram e preservaram. Mesmo que o âmbito político tenha sido o principal mote da maioria dos documentos aqui acumulados, também estão preñes de indícios sobre a cotidianidade dos seus remetentes e destinatários, de suas estruturas e relações familiares e de parentesco, suas percepções de mundo (privado e público). Esses acervos são, também, *minas de dados involuntários*, tais como os processos inquisitoriais analisados por Carlo Ginzburg, trazendo dados sobre a *criadagem*, caçadas, administração de fazendas, administração pública, etc.

Concluindo

Um dos poucos livros que tem como personagem um funcionário de arquivo foi escrito pelo consagrado vencedor do Prêmio Nobel de Literatura, o português José Saramago. Em seu estupendo livro *Todos os Nomes* (1997), Saramago narra a história do Sr José, funcionário da Conservadoria Geral do Registro Civil. A descrição do acesso a Conservadoria pode ser tomada como ilustrativa da visão que o senso comum (e alguns governantes) tem de uma instituição que custodia acervo histórico documental. Segundo Saramago, a placa de identificação da Conservadoria tinha a pintura gasta e rachada e a última camada de pintura castanha estava a “descascar-se, os veios da madeira, à vista, lembram uma pele estriada”. Continuando a descrição, Saramago nos informa que “mal se cruza o limiar, sente-se o cheiro do papel velho”. (1997, p. 11)

O Senhor José (que nunca recebe o acréscimo de um sobrenome) era um funcionário público de meia idade, metódico e cuidadoso em seu serviço, cujas funções consistiam em arquivar fichas individuais de dois tipos: as dos vivos e as dos mortos. Por muito tempo pareceu predominar uma visão dos

Paulo Roberto Staudt Moreira

arquivos históricos que oscilava entre percebê-los como depósitos de papéis *mortos* ou como uma espécie de mausoléu de relíquias documentais de personalidades e acontecimentos marcantes (revoluções, assassinatos). Sob o domínio de um positivismo vulgarizado, destacavam-se os *documentos interessantes*.

Pessoas assim, como este Sr. José, em toda a parte as encontramos, ocupam o seu tempo ou o tempo que creem sobejar-lhes da vida a juntar selos, moedas, medalhas, jarrões, bilhetes-postais, caixas de fósforos, livros, relógios, camisolas desportivas, autógrafos, pedras, bonecos de barro, latas vazias de refresco, anjinhos, cactos, programas de óperas, isqueiros, canetas, mochos, caixinhas-de-música, garrafas, bonsais, pinturas, canecas, cachimbos, obeliscos de cristal, patos de porcelana, brinquedos antigos, máscaras de carnaval, provavelmente fazem-no por algo a que poderíamos chamar angústia metafísica, talvez por não conseguirem suportar a idéia do caos como regedor único do universo, por isso, com as suas fracas forças e sem ajuda divina, vão tentando pôr alguma ordem no mundo, por um pouco de tempo ainda o conseguem, mas só enquanto puderem defender a sua coleção, porque quando chega o dia de ela se dispersar, e sempre chega esse dia, ou seja por morte ou seja por fadiga do colecionador, tudo volta ao princípio, tudo torna a confundir-se”. (1997: p. 24)

O Sr. José, um dos mais antigos funcionários, residia em uma casinha construída colada às paredes do arquivo, “ao longo das paredes laterais, como pequenas capelas desamparadas que tivessem ido agarrar-se ao corpo robusto

da catedral” (SARAMAGO, 1997, p. 21) Ele era contaminado da visão vulgarizada dos documentos de arquivo. Solitário, o senhor José passava seu tempo livre a colecionar notícias de jornais e revistas sobre centenas de personalidades famosas. Indivíduos exatamente opostas a ele e a sua invisibilidade. Um dia ele constatou uma obviedade: trabalhando no registro civil ele tinha acesso aos dados verídicos dos famosos e não as ficções divulgadas nas revistas e periódicos. A casinha em que vivia tinha duas portas, uma ligava-o com o mundo exterior e outra dava acesso ao interior do registro civil. Excitado, o senhor José penetrou a noite no arquivo e assustado pela possibilidade de ser pego desvirtuando as regras de seu ofício, o Sr. José pegou inadvertidamente uma ficha de pessoa desconhecida - uma mulher de 36 anos.

O Sr. José olha e torna a olhar o que se encontra escrito no verbete, a caligrafia, escusado seria dizê-lo, não é sua, tem um desenho passado de moda, há trinta e seis anos um outro auxiliar de escrita escreveu as palavras que aqui se podem ler, o nome da menina, os nomes dos pais e dos padrinhos, a data e hora do nascimento, a rua, o número e o andar onde ela viu a primeira luz e sentiu a primeira dor, um princípio como o de toda a gente, as grandes e pequenas diferenças vêm depois, alguns dos que nascem entram nas enciclopédias, nas histórias, nas biografias, nos catálogos, nos manuais, nas coleções de recortes, os outros, mal comparando, são como a nuvem que passou sem deixar sinal de ter passado, se choveu não chegou para molhar a terra. Como eu, pensou o Sr. José. Tinha o armário cheio de

homens e mulheres de quem quase todos os dias se falava nos jornais, em cima da mesa o registro de nascimento de uma pessoa desconhecida. (1997, p. 38)

A relevância literária de Saramago fez com que este seu romance fosse lido e comentado abundantemente. Alguns críticos viram na trajetória do senhor José uma crítica deste autor português, comunista e ateu, ao burocratismo da vida moderna, a alienação dos indivíduos pela mídia. Para o que nos interessa o senhor José parece apontar para uma mudança de paradigma com relação aos documentos históricos e a seus locais de custódia, e do papel assumido pelos historiadores e seu *ethos* profissional. Segundo Saramago ao parar junto a porta que dava acesso ao acervo documental, “Não sonhava [o Sr. José], que estava para lhe acontecer algo muito mais sério que cair simplesmente de uma escada” (1997, p.31).

José Saramago já deu provas em vários romances do seu apreço pela história. Quem já leu *O Memorial do Convento* ou *o Evangelho Segundo Jesus Cristo* sabe que este autor gosta de inserir seus personagens em contextos históricos densa e ricamente descritos. Ele aproxima seus atores literários dos leitores dotando suas atitudes de insegurança, de instabilidade, sem que seus personagens

possam ser vistos como covardes, mas como seres humanos dedicados a afrontar algo impalpável e imensurável. Trata-se da valorização de personagens mais humanos, que se dedicam ao *heroísmo prosaico de cada dia*.

O escrivão José vai, a partir daí, iniciar uma verdadeira odisseia em busca desta personagem - insignificante como ele, normal como todos nós. José vai sair do arquivo do registro civil e buscar em vários outros lugares de memória traços da existência desta mulher que o fascinou – ele cruzará por cemitérios, escolas, ruas.

Saramago aponta para a diversificação do uso de fontes e do conceito de documento na atualidade. Existem vários conceitos de documento, mas nos apoiando no francês François Hartog podemos conceituá-los como “traços das atividades dos homens [vestígios] que dão testemunho delas” (HARTOG, 1999, p. 18).

Até recentemente foi razoavelmente fácil responder para quê servia a história. Segundo Carlos Pereyra:

Durante muito tempo a história foi concebida como se a sua tarefa consistisse apenas em manter viva a recordação de acontecimentos memoráveis [...] A função da disciplina se limitou primeiramente a conservar na memória social um conhecimento perdurável de sucessos decisivos para a coesão da sociedade, a legitimação de seus governantes, o

Paulo Roberto Staudt Moreira

funcionamento das instituições políticas e eclesiásticas. (PEREYRA, 1982, p. 18)

A diversidade atual do conceito de documento também fez com que as incumbências dos profissionais que transitam nos arquivos tenham se complexificado. Daí a citação provocativa e esclarecedora de André Porto Ancona Lopes quando diz que:

Falta aos arquivistas, em geral, um conceito de história que vá além de um positivismo vulgarizado, o que coloca em dúvida a capacidade técnicas desses profissionais ante as novas demandas da revolução documental. Por outro lado, são poucos os historiadores que tem uma noção aproximada do que seja um arquivo e das diferenças que o separam de uma biblioteca. (LOPEZ, 1996, p. 18)

Atualmente, os profissionais das ciências humanas que se ocupam tanto na pesquisa como do arranjo documental, estão cientes da ampliação do conceito de *documento histórico*. Em tempos onde Tudo é História, valorizam-se fontes primárias como os processos criminais, inventários, documentação policial, registros de terras, em busca não mais da ação marcante dos *homens de bem*, mas de pistas ou vestígios de práticas sociais de pessoas comuns. Pessoas comuns como o senhor José, personagem de Saramago, que se apaixonou por alguém tão comum e

desinteressante como ele próprio, e tornou esta mulher fantasma o motivo de sua investigação histórica.

Arquivos devem ser, necessariamente, locais interdisciplinares, onde historiadores, arquivistas e outros profissionais compartilhem conhecimentos e possam levar adiante suas complicadas tarefas, tarefas que são não só técnicas, mas políticas, já que trabalham com memória, patrimônio, cidadania, visibilidade e invisibilidade.

Bibliografia

- ARAÚJO, Emanuel. *Publicação de documentos históricos*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1985.
- ALVES, Ivone (e outros). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1973.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo : T.A. Queiroz, 1991.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Portugal, Publicações Europa-América, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense 1990.
- _____. *O Poder Simbólico*. DIFEL, Lisboa; Bertrand Brasil, São Paulo, 1990.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida & BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo : Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). *Guia dos Arquivos CPDOC*. Rio de Janeiro, Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1985.
- _____. *Metodologia de Organização de Arquivos Pessoais - A Experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro : CPDOC/FGV, 1998.
- FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Lisboa, Editorial Teorema, 1999.
- FRAIZ, Priscila. *A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, Vol. 11, n. 21, 1998.
- FRANÇOIS, Étienne. Os “Tesouros” da Stasi ou a Miragem dos Arquivos. In: BOUTIER, Jean ; JULIA, Dominique. *Passados Recompuestos - campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ : Editora FGV, 1998.
- GAULIN, Jean-Louis. A Ascese do Texto ou o Retorno às Fontes. In: BOUTIER, Jean ; JULIA, Dominique. *Passados Recompuestos - campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ : Editora FGV, 1998.
- GINZBURG, Carlo. El juez y el historiador. *Acotaciones al margen del caso Sofri*. Madrid, Anaya & Mario Muchnik, 1993.
- _____. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- _____. Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- _____. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. *Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo. Uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller. *Estudos Históricos*. Vol. 10, nº 19, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 1997.
- JARDIM, José Maria. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói : EDUFF, 1995.
- LOPES, Luís Carlos. *A informação e os arquivos*. Niterói : EDUFF ; São Carlos : EDUFSCar, 1996.

Paulo Roberto Staudt Moreira

LOPEZ, André Porto Ancona. Documento e História. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A Velha História*. Teoria, Método e Historiografia. Campinas, Papirus, 1996.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo - Teoria e Prática*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, Vol. 11, n. 21, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Yver; COUTURE, Carol. *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998.

SARAMAGO, José. *Todos os Nomes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

SCHELLENBERG, T.R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SERNA, Justo; PONS, Anaclet. El Ojo de la aguja. ¿De qué hablamos cuando hablamos de microhistoria?. TORRES, Pedro Ruiz (org.). *La Historiografía*. Madrid, Marcial Pons, 1993.

¹ A Lei 2345 de 29 de janeiro de 1954 criou Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura e o AHRS surgiu como instituição independente.

² As funções de Synval como chefe partidário do Partido Republicano Rio-grandense e de Secretário do Interior e Exterior confundiam-se, sendo às vezes impossível separá-las. Borges de Medeiros era apontado como o Chefe do PRR, mas Synval respondia por ele em Porto Alegre.

³ Disponível no site:
<http://www.portal.an.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>

⁴ Os instrumentos de pesquisa são os meios de descrição documental, geralmente na forma de inventários, catálogos, guias, repertórios, índices diversos, fichários. (ROUSSEAU e COUTURE, 1998: p. 138).